



# Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente

Em 30 de junho de 2022



# Índice

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias	3
Demonstrações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2022	11

# Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

---

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo  
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos:  
Administradores e Acionistas da  
**Tijó Participações e Investimentos S.A.**  
Andradina - SP

## Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da **Tijó Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”)** referentes ao período findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

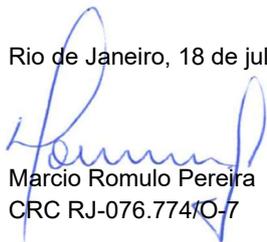
## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 2022.



Marcio Romulo Pereira  
CRC RJ-076.774/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

# Tijóá Participações e Investimentos S.A.

## Balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

### ATIVO

	Notas	30/06/2022	31/12/2021
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.750	5.473
Aplicação financeira vinculada	5	7.975	7.567
Contas a receber	6	22.763	23.294
Impostos a recuperar	7	17.071	328
Outros créditos	8	3.955	4.552
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>78.514</b>	<b>41.214</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósito caução - aluguel		42	42
Outros créditos	8	262	427
Impostos diferidos	24(a)	291	529
Imobilizado	9	54.849	52.991
Intangível	10	3.859	4.470
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>59.303</b>	<b>58.459</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>137.817</b>	<b>99.673</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

# Tijoa Participações e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

## PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Contas a pagar	11	924	2.948
Encargos do setor	12	12.968	12.534
Partes relacionadas	13	714	665
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	14	2.691	1.866
Provisões participações nos lucros, gratificações, bônus e encargos	15	1.122	1.848
Impostos e contribuições a recolher	16	21.057	3.904
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>39.476</u>	<u>23.765</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Provisão para riscos judiciais	27	-	20
Obrigações especiais	17	27.118	27.637
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>27.118</u>	<u>27.657</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	18.1	13.801	13.801
Reservas de lucros	18.2	19.450	34.450
Lucros acumulados		37.972	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>71.223</u>	<u>48.251</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>137.817</u>	<u>99.673</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

# Tijóá Participações e Investimentos S.A.

## Demonstração dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	30/06/2022	30/06/2021
<b>Receita líquida de produtos e serviços operacionais</b>	19	119.098	115.994
Custo dos produtos e serviços	20	(56.894)	(62.142)
<b>Lucro bruto</b>		62.204	53.852
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	21	(4.522)	(3.674)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		57.682	50.178
Receitas financeiras	22	692	168
Despesas financeiras	22	(536)	(180)
<b>Resultado financeiro</b>		156	(12)
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>		57.838	50.166
IRPJ e CSLL - Corrente	24(b)	(19.628)	(17.134)
IRPJ e CSLL - Diferido	24(b)	(238)	94
<b>Lucro líquido do período</b>		37.972	33.126
<b>Lucro por ação - Em R\$</b>	18.4	2,75	2,40

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

# Tijóá Participações e Investimentos S.A.

## Demonstração dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado do período	37.972	33.126
	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
	-	-
Resultado abrangente total do período	<u>37.972</u>	<u>33.126</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

# Tijóá Participações e Investimentos S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		13.801	2.760	18.800	10.000	-	45.361
Lucro líquido do período		-	-	-	-	33.126	33.126
Distribuição de dividendos	18.3	-	-	(18.800)	(10.000)	-	(28.800)
Proposição de distribuição de dividendos intermediários	18.3	-	-	-	-	(6.000)	(6.000)
<b>Em 30 de junho de 2021</b>		13.801	2.760	-	-	27.126	43.687
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		13.801	2.760	31.690	-	-	48.251
Lucro líquido do período	18.3	-	-	-	-	37.972	37.972
Distribuição de dividendos	18.3	-	-	(15.000)	-	-	(15.000)
<b>Em 30 de junho de 2022</b>		13.801	2.760	16.690	-	37.972	71.223

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

# Tijóá Participações e Investimentos S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
<b>Das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do IR e CSLL	57.838	50.166
	57.838	50.166
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado/ consumido nas atividades operacionais</b>		
(Reversão) provisão para demandas judiciais e administrativas	(20)	10
Depreciações e amortizações	1.812	1.278
Obrigações especiais	(519)	(519)
	59.111	50.935
<b>Resultado ajustado</b>	59.111	50.935
<b>Acréscimo/ (decréscimo) de ativos</b>		
Contas a receber	531	941
Impostos a recuperar	(16.743)	(14.263)
Outros créditos	762	3
<b>Acréscimo/ (decréscimo) de passivos</b>		
Fornecedores	(2.024)	(1.238)
Encargos do setor	434	(127)
Partes relacionadas	49	(50)
Salários e encargos sociais a recolher	825	296
Provisões PLR, gratificações, bônus e encargos	(726)	378
Impostos e contribuições a recolher	14.322	12.604
Impostos e contribuições pagos	(16.797)	(14.223)
	39.744	35.256
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	39.744	35.256
<b>Das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(3.164)	(7.555)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	105	-
Dividendos pagos	(15.000)	(34.800)
Aplicação financeira vinculada	(408)	(410)
	(18.467)	(42.765)
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	(18.467)	(42.765)
<b>Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>21.277</u>	<u>(7.509)</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do período	5.473	12.822
No final do período	26.750	5.313
	<u>21.277</u>	<u>(7.509)</u>
<b>Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>21.277</u>	<u>(7.509)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Companhia ou Concessionária) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 23 de dezembro de 2011, que tem por objeto a exploração de potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica na usina Três Irmãos (Usina) e de atividades correlatas e auxiliares à exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações, observadas as normas regulamentares aplicáveis.

A Companhia detém a concessão em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência da Usina até 10 de outubro de 2044, conforme Contrato de Concessão nº 03/2014-MME, assinado em de 10 de dezembro de 2014, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Contrato determina que toda garantia física de energia e de potência da Usina será alocada, integralmente, em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, a Concessionária, será remunerada por receita decorrente da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL denominada Receita Anual de Geração (RAG), a qual passou a receber receita a partir de outubro de 2014.

Os investimentos realizados pela Concessionária, seja de ampliação ou melhoria, serão avaliados e incorporados à RAG no processo de revisão tarifária subsequente.

A Usina localiza-se no município de Andradina, SP com uma potência instalada total de 807,5 MW e energia assegurada 217,5 MWh.

## 2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

### 2.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a NBC TG 21 ( R4) - Demonstração intermediária. As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias referentes a 30 de junho de 2022, são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de 2021, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2022 foram autorizadas pela diretoria em 18 de julho de 2022.

#### a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

#### b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.2. Julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis intermediárias, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

### 2.3. Pronunciamentos, normas e interpretações que não estavam em vigor em 30 de junho de 2022

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- (a) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - A partir de 1º de janeiro de 2023.
- (b) IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo no futuro nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

### 3. Principais práticas contábeis adotadas

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

#### b) Contas a receber de clientes e provisão para risco de crédito

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das provisões para risco de crédito, a qual é reconhecida considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em períodos anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 6.

#### c) Tributação sobre a renda

##### Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do período, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

##### Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

#### d) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos ou realizou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

#### e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, de acordo com as taxas definidas pela ANEEL e demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

A Companhia reconhece ativo de direito de uso e seu respectivo passivo de arrendamento para os contratos de bens de valor significativo e prazo superior a 12 meses, a valor presente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### f) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem direitos de uso de *software*. A amortização é registrada pelo método linear, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10.

**g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**h) Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

**l) Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número de ações ordinárias totais, ao fim do período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

**l) Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	62	97
Aplicações financeiras	26.688	5.376
	<b>26.750</b>	<b>5.473</b>

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o saldo está aplicado em Certificado de Depósito Bancário – CDB, em instituições financeiras de primeira linha, remunerado às taxas de 98% e 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco.

## 5. Aplicação financeira vinculada

	30/06/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras – Fiança	7.975	7.567
	<b>7.975</b>	<b>7.567</b>

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta está aplicado em (CDB) Certificado de Depósito Bancário, em instituições financeiras de primeira linha, remunerados a taxa 100% do (CDI) e bloqueado para movimentação em garantia para Carta de fiança.

## 6. Contas a receber

	30/06/2022	31/12/2021
Contas a receber – Terceiros (a)	19	79
Suprimento de energia – CCGF (b)	22.744	23.215
	<b>22.763</b>	<b>23.294</b>

(a) O montante a receber refere-se ao contrato com DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes nº 766/2020.

(b) Montante a receber referente energia alocada em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, e faturadas conforme CCGF-Contrato de Cotas de Garantia Física.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	30/06/2022	31/12/2021
A vencer	22.744	23.275
Vencidos a mais de 90 dias	19	19
	<b>22.763</b>	<b>23.294</b>

A Companhia tem como procedimento reconhecer as perdas esperadas para provisões para risco de crédito, quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores envolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da perda é, em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e garantias oferecidas respectivamente. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Administração da Companhia entende que não existe a necessidade de constituição e reconhecimento de perdas esperadas.

## 7. Impostos a recuperar

	30/06/2022	31/12/2021
INSS a recuperar	29	1
ICMS a recuperar	2	2
IRRF a recuperar	-	30
IRPJ a recuperar	12.558	221
CSLL a recuperar	4.482	74
	<b>17.071</b>	<b>328</b>

## 8. Outros créditos

	30/06/2022	31/12/2021
Seguros	745	1.704
Carta fiança	98	207
Adiantamento fornecedores	-	7
Adiantamento de férias	86	21
Adiantamento despesas de viagem	1	1
Projetos de P&D (*)	3.025	2.612
<b>Total circulante</b>	<b>3.955</b>	<b>4.552</b>
Bloqueios judiciais trabalhistas	202	367
Bloqueios judiciais cíveis	60	60
<b>Total não circulante</b>	<b>262</b>	<b>427</b>
<b>Total</b>	<b>4.217</b>	<b>4.979</b>

(\*) Trata-se de projetos em cumprimento da Lei 14.120 /2021, os projetos tem previsão para conclusão no ano de 2022.

## 9. Imobilizado

	Imobilizado em serviço						Imobilizado em curso					Total
	Máquinas e equipamentos (a)	Veículos	Móveis e utensílios	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Ativo de direito de uso (b)	Máquinas e equipamentos (a)	Veículos	Adiantamento a fornecedores	Edificações, obras civis e benfeitorias terceiros (c)	Peças sobressalentes	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>41.143</b>	<b>358</b>	<b>232</b>	<b>743</b>	<b>534</b>	<b>109</b>	<b>687</b>	<b>-</b>	<b>91</b>	<b>123</b>	<b>3.740</b>	<b>47.760</b>
Adições	15	-	-	-	-	10	4.519	104	541	6.339	59	11.587
Transferências	1.473	104	4	746	(190)	-	(1.846)	(104)	(476)	(4.121)	99	(4.311)
Depreciação/amortização	(1.676)	(61)	(17)	(31)	(141)	(119)	-	-	-	-	-	(2.045)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>40.955</b>	<b>401</b>	<b>219</b>	<b>1.458</b>	<b>203</b>	<b>-</b>	<b>3.360</b>	<b>-</b>	<b>156</b>	<b>2.341</b>	<b>3.898</b>	<b>52.991</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	679	-	3	2.481	1	3.164
Transferências	3.675	-	5	-	-	-	(3.682)	-	(156)	-	-	(158)
Baixas	-	-	-	-	-	-	(105)	-	-	-	-	(105)
Depreciação/amortização	(978)	(38)	(8)	(15)	(4)	-	-	-	-	-	-	(1.043)
<b>Saldo em 30 de junho de 2022</b>	<b>43.652</b>	<b>363</b>	<b>216</b>	<b>1.443</b>	<b>199</b>	<b>-</b>	<b>252</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>4.822</b>	<b>3.899</b>	<b>54.849</b>
Taxa média de depreciação %	8%	14%	6%	2%	3%							

(a) Refere-se principalmente aos projetos de modernização dos reguladores de tensão e velocidade e do banco de baterias.

(b) Em atendimento ao CPC 06/IFRS 16, a Companhia registrou como ativo de direito de uso o contrato de aluguel da sua sede administrativa. A amortização do direito de uso foi calculada pelo prazo do contrato de locação.

(c) Os valores referem-se ao projeto de adequação das estruturas da usina para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado. A depreciação é calculada de forma linear de acordo com as taxas definidas pela ANEEL.

## 10. Intangível

	Licenças de uso e Software	Outros Intangíveis	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>776</b>	<b>-</b>	<b>776</b>
Adições (*)	-	4.311	4.311
Amortização	(152)	(465)	(617)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>624</b>	<b>3.846</b>	<b>4.470</b>
Transferências	158	-	158
Amortização	(357)	(412)	(769)
<b>Saldo em 30 de junho de 2022</b>	<b>425</b>	<b>3.434</b>	<b>3.859</b>
<b>Taxa de amortização %</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>	

(\*) Refere-se a itens transferidos do imobilizado para o intangível para melhor classificação contábil. Substancialmente o saldo refere-se à benfeitoria na UNESP, conforme convênio assinado de 05 anos, sendo amortizado pelo prazo do contrato.

## 11. Contas a pagar

	30/06/2022	31/12/2021
Materiais e serviços	924	2.948
<b>Total</b>	<b>924</b>	<b>2.948</b>

A conta de fornecedores é composta principalmente por saldos a pagar de materiais de manutenção e serviços da mesma natureza e imobilizado.

## 12. Encargos do setor

	30/06/2022	31/12/2021
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	4.789	4.368
TFSEE - Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	50	50
CFURH - Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	603	646
TUST - Tarifa de uso do sistema de transmissão e conexão	7.526	7.470
	<b>12.968</b>	<b>12.534</b>

### Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em conformidade com a Lei 14.120/2021, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem investir anualmente um percentual de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do setor de energia elétrica. As empresas do setor de geração de energia elétrica, devem investir no mínimo 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de P&D regulados pela ANEEL.

### Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi criada, pela Lei nº 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A Lei nº 12.783, de 11/01/2013, reduziu a TFSEE de 0,5% (cinco décimos por cento) para 0,4% (quatro décimos por cento) do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado.

### Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL gerencia a cobrança da taxa e a distribuição dos recursos arrecadados entre os municípios, Estados e a União.

### Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A Resolução 281, de 1º de outubro de 1999, estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão. A cobrança está regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 559/2013 que define o pagamento do uso do sistema de transmissão por meio da aplicação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST aos sistemas de transmissão de energia elétrica, a operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

### 13. Partes relacionadas

	30/06/2022	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2021
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Furnas Centrais Elétricas S.A.	714	(4.390)	665	(6.860)
	<b>714</b>	<b>(4.390)</b>	<b>665</b>	<b>(6.860)</b>

O saldo do passivo em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, referem-se aos valores a pagar referente ao encargo da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

Os valores registrados no resultado de 30 de junho de 2022 e de 2021 referem-se ao encargo da TUST.

Os saldos de passivos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas as operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro acima e foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

### 14. Salários, provisões e encargos sociais a recolher

	30/06/2022	31/12/2021
Salários e encargos	918	519
Provisões para férias e encargos	1.736	1.292
Honorários da administração e encargos	37	55
	<b>2.691</b>	<b>1.866</b>

### 15. Provisões participação nos lucros, bônus e encargos

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão de gratificações para empregados	856	1.534
Provisões bônus e encargos para administração	266	314
	<b>1.122</b>	<b>1.848</b>

### 16. Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2022	31/12/2021
IRRF PJ retido de terceiros	6	13
PIS, COFINS e CSLL retidos de terceiros	23	47
INSS retido de terceiros	59	130
ISS retido de terceiros	15	37
IRPJ a recolher	14.450	1.536
CSLL a recolher	5.178	793
PIS a recolher	236	240
COFINS a recolher	1.089	1.107
ICMS a recolher	1	1
	<b>21.057</b>	<b>3.904</b>

## 17. Obrigações especiais

A Usina Hidrelétrica Três Irmãos (UHE Três Irmãos), cuja concessão atualmente é detida pela Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Tijoá), tinha como concessionária até o dia 09 de outubro de 2014 a Companhia Energética de São Paulo (CESP). Durante a concessão da CESP ocorreu um sinistro na Unidade Geradora nº 05 (UG-05) da referida usina e a CESP acionou o seguro vigente à época, objetivando contratar os serviços e os equipamentos necessários à recuperação da unidade.

Ocorre que o reparo não foi realizado pela CESP, de forma que, extinto o prazo de vigência de sua concessão, foi realizado novo leilão da UHE Três Irmãos, sem que os referidos serviços de reparo fossem contratados. Nesta esteira, a Tijoá logrou-se vencedora do certame e assumiu a concessão no dia 10 de outubro de 2014, após um mês de operação assistida, com apenas 4 unidades geradoras funcionando, pois a UG-05 permanecia a espera de reparo. Dessa forma, a ANEEL, Agência reguladora do setor, entendeu que seria responsabilidade do novo concessionário, Tijoá, efetuar o serviço de reparo, mas determinou que para tanto fosse utilizado o valor do seguro vigente à época do sinistro. Após o recebimento pela CESP do montante do seguro, esta repassou a indenização para a Tijoá (R\$ 8.782).

Em 31 de maio de 2016, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 5.864, autorizou a Tijoá a concluir o processo de contratação dos serviços e dos equipamentos necessários à recuperação da Unidade Geradora nº 5 (UG-05) da UHE Três Irmãos no valor total de R\$ 29.334, sem impostos.

Esse montante foi inserido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, na liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência, na proporção das respectivas cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos para pagamento por cada distribuidora e registrado em contrapartida da conta “Obrigações especiais – Passivo não circulante”.

Em 13 de outubro de 2017, por meio da Resolução Autorizativa nº 6.676, a Aneel autorizou o reembolso do montante de R\$ 3.146 à Companhia de custos diretos complementares incorridos durante a recuperação da UG-05, por meio da inserção pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE do valor complementar autorizado, na liquidação financeira da contratação das cotas de garantia física e de potência do mês de outubro de 2017. O referido montante foi recebido em 21 de novembro de 2017.

Em maio de 2017, a UG-05 entrou em operação passando a ser depreciada. Dessa forma, também conforme, a Resolução Autorizativa nº 5.864 de 31 de maio de 2016, o saldo da conta de Obrigações Especiais é amortizado por montante equivalente a depreciação calculada sobre o valor do bem adquirido (UG-05) com esses recursos, de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do período.

Assim sendo, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os saldos da conta estão demonstrados como segue:

	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações especiais	27.118	27.637
	<b>27.118</b>	<b>27.637</b>

## 18. Patrimônio líquido

### 18.1. Capital social

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 13.801 dividido em 13.801.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A distribuição das ações está assim representada:

	30/06/2022	31/12/2021
Juno Participações e Investimentos S.A.	6.914	6.914
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.887	6.887
	<b>13.801</b>	<b>13.801</b>

## 18.2. Reservas

	30/06/2022	31/12/2021
Reserva legal (a)	2.760	2.760
Reserva de lucros	16.690	31.690
<b>Total de Reservas</b>	<b>19.450</b>	<b>34.450</b>

(a) Reserva legal é constituída no montante de 5% do lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

## 18.3. Distribuição de lucros (dividendos)

	30/06/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período / exercício	37.972	70.690
(-) Constituição da reserva de retenção de lucros	-	(31.690)
(-) Dividendos propostos/pagos	-	(39.000)

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, a Diretoria poderá levantar balanços semestrais ou trimestrais e submeter à Assembleia Geral de Acionistas o pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos à conta do lucro apurado no período, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária.

Em 05 de janeiro de 2021, por meio da Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício de 2020, no montante de R\$ 10.000 e pagos aos acionistas em janeiro de 2021.

Em 08 de junho de 2021, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária AGOE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício de 2020 no montante de R\$18.800 e pagos aos acionistas em junho de 2021.

Em 16 de junho de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 6.000 e pagos aos acionistas em junho de 2021.

Em 09 de agosto de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.000 e pagos aos acionistas em agosto de 2021.

Em 12 de novembro de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.000 e pagos aos acionistas em novembro de 2021.

Em 21 de dezembro de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 13.000 e pagos aos acionistas em dezembro de 2021.

Em 29 de março de 2022, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária AGOE, os acionistas aprovaram a distribuição de parte do lucro de 2021 no montante de R\$ 15.000 e pagos aos acionistas em abril de 2022.

## 18.4. Lucro por ação

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido do período	37.972	33.126
Quantidade de ações	13.801.000	13.801.000
<b>Lucro por ação - Em R\$</b>	<b>2,75</b>	<b>2,40</b>

## 19. Receita líquida

	30/06/2022	30/06/2021
<b>Receita bruta de vendas (ou serviços)</b>	<b>134.884</b>	<b>132.327</b>
<b>Deduções da receita</b>		
(-) PIS - Programa de integração social	(2.226)	(2.183)
(-) COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	(10.251)	(10.057)
(-) ISS - Imposto sobre serviço	-	(4)
(-) Encargos setoriais (*)	(3.309)	(4.089)
<b>(-) Total deduções da receita operacional</b>	<b>(15.786)</b>	<b>(16.333)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>119.098</b>	<b>115.994</b>

(\*) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

## 20. Custo dos produtos e serviços prestados

	30/06/2022	30/06/2021
Custo serviços de terceiros	(4.208)	(5.972)
Custo com pessoal	(6.507)	(6.006)
Custos com encargos do setor (*)	(44.222)	(47.979)
Materiais	(557)	(1.146)
Depreciação	(419)	(246)
Seguros	(981)	(762)
Outros	-	(31)
	<b>(56.894)</b>	<b>(62.142)</b>

(\*) Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST e Tarifas de Uso do Sistema de Conexão.

## 21. Despesas gerais e administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Honorários, encargos e benefícios da administração e do conselho fiscal	(855)	(839)
Bônus e encargos da administração	(266)	(103)
Pessoal e encargos	(1.806)	(1.664)
Serviços de terceiros	(437)	(460)
Viagens	(47)	-
Depreciação	(106)	(321)
Amortização	(769)	(192)
Materiais	(57)	(34)
Gastos com ocupação	(126)	(54)
Outros	(53)	(7)
	<b>(4.522)</b>	<b>(3.674)</b>

## 22. Resultado financeiro

	30/06/2022	30/06/2021
<b>Receita financeira</b>		
Rendimento de aplicação financeira	673	144
Outras receitas financeiras	19	24
	<b>692</b>	<b>168</b>
<b>Despesa financeira</b>		
Comissões e despesas bancárias	(137)	(138)
Outros juros, multas e atualizações	(399)	(42)
	<b>(536)</b>	<b>(180)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>156</b>	<b>(12)</b>

## 23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### Considerações gerais e políticas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

### Gestão de risco financeiro - Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado ( de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

#### a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos das atividades de seus negócios.

#### Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da companhia é quase nulo porque a companhia não possui financiamentos e as aplicações financeiras são mantidas em Certificado de Depósito Bancário - CDB.

#### Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados ao seu cliente. A Companhia também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações de renda fixa e curto prazo de vencimento.

#### b) Risco de liquidez

A Companhia monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo.

#### c) Valores de mercado

Em 30 de junho de 2022, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas basicamente à variação do CDI.

## 24. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

### a) Tributos diferidos patrimoniais

	30/06/2022	31/12/2021
Diferença temporária - PLR/Gratificações	856	1.534
Diferença temporária – Provisões para litígios	-	20
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
<b>Total do IRPJ e CSLL diferidos ativo</b>	<b>291</b>	<b>529</b>

## b) Tributos correntes

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	30/06/2022	30/06/2021
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Resultado antes do IR e CSLL	57.838	50.166
Imposto de Renda e Contribuição Social alíquota nominal	19.665	17.056
(Adições) / exclusões temporárias (a)	(238)	94
(Adições) / exclusões permanentes (b)	213	57
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	-	(61)
Outros (c)	(12)	(12)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social corrente</b>	<b>(19.628)</b>	<b>(17.134)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social diferido</b>	<b>(238)</b>	<b>94</b>
<b>Total</b>	<b>(19.865)</b>	<b>(17.040)</b>
Alíquota efetiva	34%	34%

(a) Adição/exclusão dos valores correspondentes a provisões de gratificação e encargos, e provisões para litígios;

(b) Adição/exclusão dos valores correspondentes a benefícios da diretoria e doações;

(c) Parcela isenta do adicional do Imposto de Renda.

## 25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Abaixo demonstramos as apólices em vigor:

Coberturas	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil	07/11/2022	30.000	28
Riscos operacionais	07/11/2022	2.369.649	1.937
D & O	30/07/2022	20.000	14
Risco conteúdo	14/02/2023	500	1
Veículos	20/05/2023	631	16

## 26. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 29 de março de 2022, o valor proposto pela Administração para a remuneração global para o ano de 2022 foi aprovada pela acionista Juno Participações e Investimentos S.A. e não foi aprovada pela acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. que propôs a manutenção da remuneração aprovada para o exercício de 2020, no montante de até R\$ 2.091. Ante a ausência de definição das acionistas quanto o valor da remuneração global para o ano de 2022, a Diretoria, por orientação do Conselho de Administração da Companhia, adotou, para o ano de 2022, o valor aprovado para a remuneração global do ano de 2020, no montante de R\$ 2.091.

A destinação deste montante foi dada pelo Conselho de Administração, sendo certo que, no que se refere à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, será observado o disposto no parágrafo 3º do art. 162 da Lei da S.A.

A remuneração total do pessoal chave da Administração reconhecida no resultado dos períodos está apresentada no quadro da Nota Explicativa nº 21.

## 27. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, ambientais e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adota a prática de provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável.

Em 31 de dezembro de 2021, havia um saldo de provisão de R\$ 20 que foram revertidos em 2022. As causas classificadas como perda possível, não são registradas nas demonstrações contábeis, e são apresentadas como a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Riscos trabalhistas	754	649
Riscos cíveis	-	10

## 28. Eventos subsequentes

### a) Distribuição de resultado

Em 05 de julho de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição do saldo do lucro de 2021 no montante de R\$ 16.690 e dividendos intermediários no montante de R\$ 3.000 pagos aos acionistas em julho de 2022.

\* \* \*